

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.748 - SP (2018/0316264-0)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**AGRAVANTE : ERIC ALGARVES DE OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : JONATHAN FOLTRAN DENADAI**  
**ADVOGADO : ERIC ALGARVES DE OLIVEIRA - SP336734**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 14 E 15, AMBOS DA LEI N.º 10.826/2003, C.C O ART. 492 DA LEI N.º 13.105/2015. SUSCITADA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. PROCESSO PENAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 182/STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JONATHAN FOLTRAN DENADAI contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu recurso especial manifestado contra acórdão prolatado na Apelação Criminal n.º 0002289-62.2016.8.26.0189.

Consta dos autos que o Agravante foi absolvido, pelo Juízo singular, na forma do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, da imputação pela prática do delito capitulado no art. 15, *caput*, da Lei n.º 10.826/2003 e, na mesma assentada, condenado como incurso nas sanções do art. 14, *caput*, do referido diploma, à pena de 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial aberto, acrescida do pagamento de 10 (dez) dias-multa, sendo a reprimenda corporal, na sequência, substituída por duas restritivas de direitos. Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal estadual negou provimento. Opostos embargos de declaração a Corte local os rejeitou.

No recurso especial, interposto com respaldo no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, a Defesa sustenta, em síntese, contrariedade aos arts. 14 e 15, ambos do Estatuto do Desarmamento, associada à dicção do art. 492 da Lei n.º 13.105/2015, bem como dissídio jurisprudencial, ao argumento de que a guerreada

condenação foi proferida “*em contrariedade à fundamentação reconhecida na peça acusatória*” (fl. 658), haja vista que “*o Douto Promotor requereu a condenação do recorrente pelo crime meio, por não ter ocorrido o crime fim, [...] diante do reconhecimento da atipicidade dos disparos*” (fl. 650) de arma de fogo.

Dessa forma, como os supostos delitos ocorreram nas mesmas circunstâncias de tempo e espaço, e não tendo o Recorrente, ainda, “*oportunidade de contestar as causas em que ocasionou sua condenação final*” (fl. 652), roga pela absolvição, também, à luz dos princípios da consunção e da congruência, do remanescente crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

A Corte de origem não admitiu o recurso especial, motivo pelo qual subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça por intermédio do presente agravo, onde o Agravante pugna pelo acolhimento da insurgência a fim de que seja admitido e provido o apelo nobre.

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do agravo, seguido do desprovimento do recurso especial (fls. 838-840).

É o relatório.

Decido.

É cediço por esta Corte Superior que o agravo em recurso especial, em juízo de prelibação, não merece conhecimento quando, ao ser cotejado com o provimento de inadmissibilidade *a quo*, na espécie, averbado às fls. 780-782, verifica-se que a parte não atacou – com a necessária dialeticidade recursal – **todos** os fundamentos consignados no aludido *decisum*, necessários ao seguimento e à apreciação do recurso raro, conforme leitura sistemática do art. 932, inciso III, da Lei n.º 13.105/2015, c/c art. 3.º do CPP e do art. 253, parágrafo único, inciso I, do RISTJ, conjugados à inteligência da Súmula n.º 182/STJ.

*In casu*, a decisão agravada não conheceu do recurso especial com base nos seguintes fundamentos:

- a) Súmula n.º 284/STF;
- b) Dissídio pretoriano não regularmente comprovado; e
- c) Súmula n.º 7/STJ.

O Agravante, entretanto, nas razões do agravo, deixou de infirmar, de forma

específica e pormenorizada, quanto à incidência da Súmula n.º 7/STJ.

Nesse contexto, ao rechaçar a decisão guerreada de forma genérica e incompleta, a Defesa acabou por tornar manifestamente inadmissível o presente agravo.

Consoante jurisprudência assentada por esta Corte Superior,

*"em obediência ao **princípio da dialeticidade**, os recursos devem impugnar, de maneira clara, objetiva, específica e pormenorizada **todos os fundamentos** da decisão contra a qual se insurgem, **sob pena de vê-los mantidos**" (AgRg no AREsp 1262653/SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 30/05/2018)" (AgRg no AREsp 618.056/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 01/08/2018; grifos diversos do original.)*

Nesse norte, para este Tribunal Superior, *"não são suficientes meras **alegações genéricas** sobre as razões que levaram à inadmissão do agravo ou do recurso especial ou à insistência no mérito da controvérsia"* (AgRg no AREsp 542.855/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 29/06/2015; grifos diversos do original.).

A propósito:

*"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE NÃO INFIRMOU UM DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL NA ORIGEM. INADMISSIBILIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 932, III, DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ, POR ANALOGIA. PRECEDENTES DO STJ. TENTATIVA DE COMPLEMENTAR AS RAZÕES DO AGRAVO. INADMISSIBILIDADE. PRECLUSÃO.*

*1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 11/05/2018).*

*2. Não é cabível, em agravo regimental, valer-se a parte agravante de razões não assentadas no agravo em recurso especial com o extemporâneo propósito de demonstrar não ser aplicável o óbice que motivou a incidência da Súmula 182/STJ. Precedentes.*

*3. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1.378.357/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 26/02/2019; grifos diversos do original.)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**“AGRAVO REGIMENTAL. [...] OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. [...] DECISÃO DE PRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182/STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

**1. Neste agravo regimental, a defesa não se desincumbiu da tarefa de infirmar todos os fundamentos indicados na decisão agravada para negar trânsito ao recurso especial, o que inviabiliza o conhecimento do recurso, pela aplicação do enunciado n. 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.**

**2. Agravo não conhecido.”** (AgRg no AREsp 1.196.635/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018; grifos diversos do original.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora